



MANUAIS ESCOLARES: DISPOSITIVOS PEDAGÓGICO- IDEOLÓGICOS EM ÁREAS RURAIS¹

*SCHOOL MANUALS: PEDAGOGICAL AND IDEOLOGICAL
DEVICES IN RURAL AREAS*

*MANUALES ESCOLARES: DISPOSITIVOS PEDAGÓGICO-
IDEOLÓGICOS EN ÁREAS RURALES*

Ada Augusta Celestino Bezerra*
Justino Pereira de Magalhães**
George Emmanuel do Nascimento Araújo***
Iara Melo dos Santos****

*Pós-Doutora Sênior em Educação pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Mestra em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas – RJ. Pedagoga. Professora do Mestrado e Doutorado em Educação do PPED – UNIT e do Curso de Pedagogia da UNIT. Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professores (GPGFOP/UNIT/CNPq). Coordenadora Institucional do Observatório de Educação da UNIT/CAPEs desde 2011. Coordenadora Local do DINTER PUCRS/UNIT. Autora de 11 livros, 8 capítulos de livros, 31 artigos publicados em periódicos qualificados e 189 trabalhos completos publicados em anais. Aracaju, Sergipe, Brasil. E-mail: ada_augusta@unit.br

**Pós-Doutor em História da Educação. Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Publicou 30 artigos em revistas especializadas e 9 trabalhos em ata de eventos, possui 43 capítulos de livros e 24 livros publicados. Participou em 36 eventos no exterior e 30 em Portugal. Atua na área de Ciências da Educação. Distrito de Lisboa, Portugal. E-mail: justinomagalhaes@ie.ul.pt

***Mestrando em Educação. Licenciado em Letras – Inglês pela Universidade Tiradentes. Foi Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É Pesquisador Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professores (GPGFOP/UNIT/CNPq). Integrante do Observatório de Educação da UNIT/CAPEs. Aracaju, Sergipe, Brasil. E-mail: acad_george@yahoo.com.br

****Mestranda em Linguística pela Universidade Federal de Sergipe. Licenciada em Letras – Português pela Universidade Tiradentes. Ex-bolsista Voluntária de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisadora Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professores (GPGFOP/UNIT/CNPq). Integrante do Observatório de Educação da UNIT/CAPEs. Aracaju, Sergipe, Brasil. E-mail: iara.letras.portugues@gmail.com

Recebido para publicação em: 29.8.2016
Aprovado em: 27.1.2017

Resumo

O artigo expõe resultados de pesquisa científica sobre o rural como objeto pedagógico: atualidade, representações e desafios, para aprofundar as concepções de ruralidade e alteridade em Portugal durante o Estado Novo, traduzidas, em especial, nos manuais escolares adotados entre 1940 – 1970. Em sua trajetória teórica e metodológica, desenvolve análise textual discursiva, com fundamento em Moraes e Galiuzzi (2007), reconstruída no contexto da investigação. Conclui pela importância do papel curricular do livro como veiculador e sedimentador de uma ideologia, capaz de ensejar a compreensão de uma época histórica, com suas políticas e seus modelos educacionais.

Palavras-chave: Alteridade. Análise Textual Discursiva. Manuais Escolares. Ruralidade.

Abstract

The article features scientific research results about the rural area as a pedagogical tool: present time, representations and challenges, to deepen the concepts of rurality and alterity in Portugal on the “Estado Novo” years, translated in particular for school manuals used between 1940 and 1970. Throughout its theoretical and methodological train of thought, it develops a discursive text analysis, based on Moraes and Galiuzzi (2007), and reassembled within the context of the investigation. Its conclusion approaches the importance of the qualification role of the book as a provider and consolidator, able to provide an understanding of a time in history, with its own policies and educational models.

Keywords: Alterity. Discursive Text Analysis. School Manuals. Rurality.

Resumen

El artículo expone resultados de investigación científica sobre lo rural como objeto pedagógico: actualidad, representaciones y desafíos para profundizar las concepciones de ruralidad y alteridad en el Portugal del Estado Novo, traducidas, en especial, en los manuales escolares adoptados entre 1940 – 1970. En su trayectoria teórica y metodológica, desarrolla el análisis textual discursivo, utilizando como marco a Moraes y Galiuzzi (2007), reconstruido en el contexto de la investigación. Concluye por la importancia del papel curricular del libro como herramienta de transmisión y sedimentación de una ideología, capaz de propiciar la comprensión de una época histórica, con sus políticas y sus modelos educacionales.

Palabras clave: Alteridad. Análisis Textual Discursivo. Manuales Escolares. Ruralidad.

1. Introdução

Este artigo é um dos produtos de um projeto de pesquisa científica sobre o rural como objeto pedagógico: atualidade, representações e desafios, cujo objetivo é contribuir para a (re)construção do rural como objeto de estudo nos cursos de formação de professores e dos elos que se estabelecem ao longo da história entre as políticas de educação e o processo de reestruturação produtiva, no contexto do paradigma atual da acumulação flexível, que também acentua a exclusão social, política e econômica.

O pressuposto deste texto é o de que o rural, hoje em dia, representa um complexo em que estão focalizados os principais olhares de alternativas ao modelo de desenvolvimento ocidental e, também, as perspectivas de uma humanidade equilibrada e uma ecologia sustentada, entre outras expectativas. Essa premissa se funda na revisão bibliográfica e nas investigações que vêm sendo desenvolvidas sobre o estado do conhecimento em torno da temática, as quais têm permitido identificar indicadores da valorização das áreas rurais, visando à superação da dicotomia rural/urbano no processo de desenvolvimento contemporâneo.

Nesse intento, toma-se como referência a evidente crise ambiental que se vem acentuando na modernidade, desde que se instalou no mundo ocidental a industrialização. A finitude dos sistemas naturais impõe-se ao consumismo e às desigualdades instaladas no planeta, que se acirram por entre as gerações e conduzem à insustentabilidade socioambiental. A pesquisa aqui

• • • • •
A finitude
dos sistemas
naturais
impõe-se ao
consumismo
e às
desigualdades
instaladas no
planeta
• • • • •

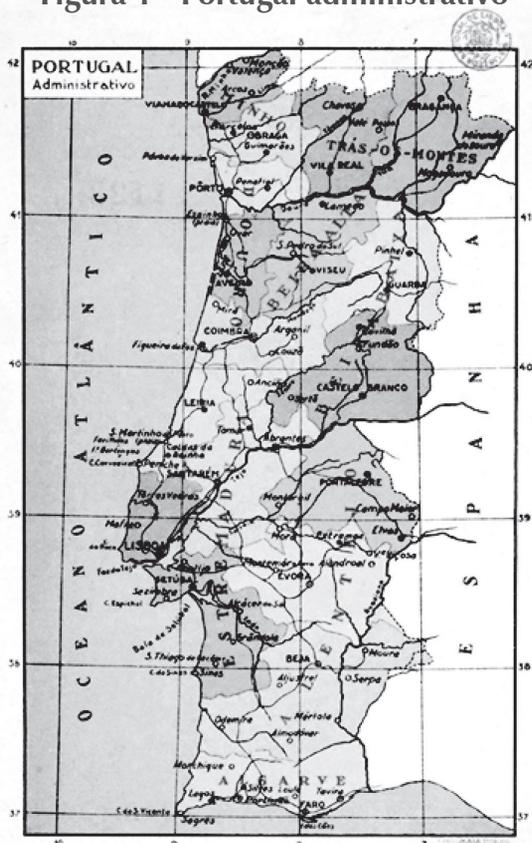
descrita se propõe a contribuir para elucidação científica dos conceitos de Educação Rural a partir da análise textual discursiva de um Manual Escolar de Portugal, adotado em Portugal no contexto do Estado Novo, quando crescia a urbanização da população, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento adotado não apoiava o pequeno produtor rural em sua localidade, levando-o a deslocar-se para a cidade em busca de oportunidades, o que acabava por aumentar o número de desempregados, com suas consequências, em um ciclo contínuo e vicioso.

Entendido o livro como o mural do tempo (MAGALHÃES, 2011) e como um dispositivo importante na educação de crianças, jovens e adultos, ao mesmo tempo pedagógico e ideológico, a investigação tem analisado manuais adotados na “escola única” de Portugal do Estado Novo – que se distingue fundamentalmente da proposta socialista de escola unitária – considerando o primado das especificidades rurais e a emergência do urbano naquele contexto.

São questões norteadoras da investigação: Como foi escrito e caracterizado o rural? Que lugar e que estatuto foram atribuídos ao rural nos currículos escolares, especialmente nos livros escolares? Como se configura a alteridade nesses manuais, partindo da convicção de que não há educação sem alteridade, em qualquer das acepções ou dos referentes – o social, o comunitário ou o institucional?

As pesquisas atuais acerca do rural como objeto pedagógico estão sendo continuamente desenvolvidas também no Brasil, em especial, no Nordeste. Por essa via, tem sido identificada a necessidade de um aprofundamento da história dos componentes curriculares, com seus conteúdos, programas e disciplinas, no país, buscando as mútuas influências entre Brasil e Portugal, devido à história conjunta da educação/colonização. A proposta da análise textual discursiva dos manuais escolares – tanto daqueles da categoria de Livro Único em todo o território português quanto dos Livros de Leitura – possibilita um olhar singular voltado para remanescentes históricos, sustentáculos da base educacional e política da população local durante o Estado Novo de Portugal e, por extensão, de suas colônias ou países, agora já independentes, mas cujas histórias trazem as marcas de seus descobrimentos, navegações e povoações.

Figura 1 - Portugal administrativo



Fonte: Portugal... (1930).

Os manuais chamados Livros Únicos eram adotados em todo o território nacional, sendo considerados suficientes para dar conta de toda a proposta curricular por série ou classe, durante o período de 1936 a 1974; eram, por muitas vezes, os únicos recursos utilizados por professores e alunos. Como o cenário português era, então, predominantemente rural, essa categoria se faz muito presente nos manuais, representando, de fato, objeto pedagógico da escola elementar, em que os respectivos manuais se configuram como dispositivos fundamentais para sedimentação de uma determinada concepção de ruralismo.

Este artigo, no entanto, detém-se em apenas um dos Manuais de Leituras, especificamente, na segunda obra indicada na relação que segue, dentre aquelas trabalhadas durante o período de 2013 a 2015 no Grupo de Pesquisa, que contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):

SUBTIL, Manuel; FILIPE, Cruz; ARTUR Faria; MENDONÇA, Gil. Leituras: I classe. Ilustrações de Eduardo Romero. 45. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1956. 72 p.

SUBTIL, Manuel; FILIPE, Cruz; ARTUR Faria; MENDONÇA, Gil. Leituras: II classe. Ilustrações de Eduardo Romero. 77. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1947. 131 p.

SUBTIL, Manuel; FILIPE, Cruz; ARTUR Faria; MENDONÇA, Gil. Leituras: III classe. Ilustrações de Eduardo Romero. 116. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1960. 160 p.

SUBTIL, Manuel; FILIPE, Cruz; ARTUR Faria; MENDONÇA, Gil. Leituras: IV classe. Ilustrações de Eduardo Romero. 106. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1960. 208 p.

Figura 2 - Digitalização da Capa de Leituras: II classe (SUBTIL et al., 1947)



Fonte: Digitalização dos autores.

2. Manuais escolares: dispositivos pedagógicos e ideológicos do Estado Novo salazarista

Magalhães (2011) demonstra que, desde o século 19, os manuais escolares já se desvelavam como dispositivos eficientes na formação do cidadão, também no que diz respeito à veiculação de valores ideológicos. Assim

ocorreu durante o Estado Novo: a ideologia patriótica e a atitude nacionalista agregaram

ao raciocínio lógico-dedutivo uma prática analítico-sintética de decomposição - (re) construção, assente na palavra, na coisa, na fórmula, no esquema/engrenagem. Conciliando no livro a lição de coisas com a gramática do dizer (MAGALHÃES, 2011, p. 26).

Em Portugal, o Estado Novo (1933 – 1974), inicialmente sem a hegemonia de um partido, teve a direção do Partido de União Nacional, até 1968, quando passou a chamar-se Ação Nacional Popular. O primeiro presidente eleito com a Constituição de 1933 foi António Óscar de Fragoso Carmo, governando até 1951, quando morreu, ficando António Oliveira Salazar como interino até fim desse ano (1951), ocasião em que foi eleito Francisco Higinio Craveiro Lopes e, depois, Américo de Deus Rodrigues Tomás, que foi Presidente até ao Golpe de Estado de 25 de abril de 1974.

Salazar foi Presidente do Conselho de Ministros, de 1932 a 1968, sendo considerado o instituidor do Estado Novo e da União Nacional, conforme Costa (2003), partido que representou a evolução do seu partido de origem (Centro Acadêmico da Democracia Cristã). Político nacionalista português, foi Professor Catedrático da Universidade de Coimbra. Apoiou-se na doutrina social da Igreja Católica (fora seminarista). Defensor do corporativismo do Estado, nacionalista na linha econômica da autarcia, ou seja, da defesa da autossuficiência da nação, atuou em detrimento das importações. Reconhecia Portugal como país pluricontinental e multirracial. Com a Constituição de 1933, Salazar criou o Estado Novo, como um regime político antiliberal e anticomunista, orientado por princípios conservadores autoritários: “Deus, Pátria e Família” era lema de sua política. De 1968 a 1974, abandonou o poder, a partir do que se instalou um clima mais aberto: Marcelismo.

Para Nóvoa (2009), a periodização da política educativa do Estado Novo, a partir da Instrução Pública e, depois, da Educação Nacional, delinea-se em três fases, assim distintas:

1ª fase: 1930 a 1936 – substituição das legitimidades (representações e práticas instaladas da escola republicana), com o desnorteamento da educação. Facetas: compartimentalização do ensino (sexo e origem social), realismo pragmático (ditado pelas demandas sociais), administração centralista e autoritária (com inspeção dos professores) e desprofissionalização do magistério (com substituição de professores primários por regentes escolares, predominantemente do sexo feminino). Ministros Gustavo Cordeiro Ramos (1930 a 1933) e Eusébio Tamagnini (1934 a 1936);

2ª fase: 1936 a 1947 – construção nacionalista da educação. Inculcação ideológica e doutrinação moral. Ministério da Instrução Pública passa a ser Ministério da Educação Nacional. A escola abdica da transmissão de conhe-

cimentos (instrução), em favor da formação da consciência. Na educação, adota-se o Livro Único e cria-se a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN). Ministro: Carneiro Pacheco.

3ª fase: 1947 a 1960 – acomodação às novas realidades. Ministros: Augusto Pires de Lima (1947 a 1955) e Leite Pinto (1955 a 1961). Reforma do ensino liceal e técnico; Plano de Educação Popular (para combater o analfabetismo infantil e adulto, ampliação da cobertura do primário elementar e reforço aos cursos de alfabetização de jovens e adultos, alcançando múltiplas modalidades culturais), alargamento da escolaridade obrigatória, tudo em função do “desenvolvimento económico e da industrialização do país” (COSTA, 2003, p. 13).

• • • • •
 A análise
 dos manuais
 permite
 conhecer
 uma época
 e identificar
 políticas e
 modelos
 educativos
 • • • • •

Nessa perspectiva, verifica-se, com Costa (2003), que a escola passou a permitir mobilidade social controlada, tendo certa autonomia e intervindo no recrutamento das elites (governantes, técnicos, professor, sacerdotes, chefes de trabalho, operários especializados, inclusive a OMEN etc.), pelo viés da formação e da identificação política com o regime, contexto em que seria legítimo não priorizar a alfabetização do povo. Assim, destacam-se três momentos da política estadonovista: 1930-1936 – Compartimentalização do ensino, assinalada pelo realismo pragmático, pela administração centralista e desapropriação do magistério; 1936-1947 – Construção nacionalista, marcada pela inculcação ideológica e doutrinação moral, quando foi adotado o Livro Único e criada a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mulheres pelo Ensino Nacional (OMEN); e 1947-1960 – Acomodação às novas realidades, oportunidade em que se deu a reforma do ensino liceal e técnico, assim como a elaboração do Plano de Educação Popular.

3. Metodologia: o ciclo analítico textual discursivo dos manuais escolares

A hipótese de trabalho desta pesquisa é que a análise dos manuais permite conhecer uma época e identificar políticas e modelos educativos, por fornecer elementos de leitura e decodificação do real. Eles podem esclarecer objetivos de aprendizagem, valores ideológicos transmitidos, informações e uma determinada interpretação da cultura e do imaginário coletivo, em suas dimensões escolarizáveis e como processo de escolarização.

Do vasto universo de manuais escolares desse período histórico disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal em 2012 (mais de 1.350 títulos pesquisados)² – o que é surpreendente, até pela tese do livro único para todas as escolas públicas, é que a produção, a concorrência e a circulação eram amplas – a investigação selecionou uma amostra de 16 livros escolares referentes ao período do Estado Novo, por trazerem à tona categorias comuns,

como: aprovação oficial, trazendo em tela o respectivo ato legal; afirmativa da harmonia com os programas oficiais; destinação ao ensino primário elementar, primeira, segunda, terceira e quarta classes, embora alguns deles façam menção às Escolas Regimentais e ao Liceu; ilustrações constantes; preocupação com o método presente desde o título de algumas obras; referência à preparação do professor, manifesta explicitamente nas capas ou contracapas de alguns livros; identificação dos autores como professores e/ou coronéis ou capitães da Infantaria; indicação das Comissões de Avaliação do Livro Didático pelo Ministério da Guerra e autenticação do autor em cada exemplar, validado mediante assinatura.

A partir do exposto, a pesquisa maior, já referida, propôs-se a investigar 12 manuais escolares das décadas de 1940 a 1970, das categorias de Livro Único e Leituras, selecionados a partir do levantamento bibliográfico na Biblioteca Nacional e dos estudos de Magalhães (2011), adquiridos por meio da reimpressão e comercialização pelas livrarias das estações do Metro, em Lisboa, com base nos estudos de Adão (2007).

Dáí iniciou-se um esforço de reconstrução etno-histórica do livro escolar em Portugal do Estado Novo, de modo a verificar uma possível integração interdisciplinar via metodologia pragmática, aprofundando a análise, de modo a contemplar a articulação em uma mesma linha historiográfica de perspectivas metódicas, como: o inventário/seriação, a análise histórica e pedagógica, a interdisciplinaridade das abordagens, as perspectivas, as políticas educacionais e os mecanismos de aculturação. Assim, este artigo busca abordar as questões anunciadas na Introdução, especialmente as relações Estado – Igreja – Família – Escola, visando à identificação das concepções presentes nos manuais escolares.

A expectativa é que o trabalho venha a reconstruir, pela via do aprofundamento dessas concepções, as categorias de análise enunciadas e outras emergentes deste estudo, como: conformismo social, família patriarcal e autoritária, trabalho camponês, naturalidade da pobreza, subsistência medíocre, resignação social, caridade, obediência, vivência aldeã, espírito de abnegação, patriotismo, autenticidade, pureza, pragmatismo, mundividência urbana, nacionalismo, dimensões do Estado Novo (Deus, Pátria e Família), função social e política do professor.

O Ciclo Analítico Textual Discursivo que configura a metodologia adotada na investigação refere-se à definição das unidades da análise textual discursiva proposta por Moraes e Galiazzi (2007). De acordo com Moraes e Galiazzi (2007), essas unidades de análise (igualmente conhecidas como unidades de significado ou de sentido) devem ser elaboradas com base nos conhecimentos tácitos, sempre em consonância com os objetivos da pesquisa em questão. São o resultado da desconstrução de um “*corpus*”, da sua fragmentação,

sua desmontagem ou desintegração. Dialeticamente, pode-se caracterizar esse processo como: desconstruir para reconstruir.

As etapas dessa “unitarização”, frisada por Moraes e Galiazzi (2007), são: fragmentação dos textos e codificação de cada unidade, do que resultam as unidades de análise a partir de uma ou mais leituras dos materiais de pesquisa ou *corpus*; reescrita de cada unidade, de modo que assuma um significado, o mais completo possível em si mesmo e atribuição de um nome ou título para cada unidade produzida.

Com o objetivo de melhor compreender e organizar essas unidades de análise, Moraes e Galiazzi (2007, p.18) ainda incitam ao uso de códigos de identificação. A perspectiva é fazer com que o pesquisador “[...] saiba em cada momento quais as unidades de contexto, geralmente os documentos, que deram origem a cada unidade de análise [...]”.

• • • • •
**A proposta base
 desta análise
 não é enxergar
 os manuais aos
 olhos de sua
 nação e dos
 sujeitos que
 por eles foram
 formados, mas
 fornecer leituras
 contemporâneas**

Visando à implementação dessa metodologia, utilizando como material de pesquisa a ser analisado os Manuais de Leituras do ensino primário elementar, são eles decompostos e fragmentados com o objetivo de promover uma ruptura na sistematização para daí reorganizá-los por meio das categorias pré-definidas, a ruralidade e a alteridade, e, concomitantemente, da emergência de novas categorias, entrelaçadas em uma relação dialética entre as partes e o todo.

Levando em consideração a qualidade polissêmica que esta análise proporciona, há de questionar-se o leitor se esta pesquisa, desenvolvida em território sul-americano, compromete as interpretações e constatações do agente pesquisador por motivos regionais. Como realizar a imersão total em um conteúdo icônico como os manuais escolares da época do Estado Novo de Portugal?

Nesse sentido, deixa-se clara a cautela metodológica diante dos valores éticos e científicos, de modo a manter atitude de prudência diante dos limites teóricos, críticos e conceituais da análise, evitando um enviesar etnocêntrico. A proposta base desta análise não é enxergar os manuais aos olhos de sua nação e dos sujeitos que por eles foram formados, mas fornecer leituras contemporâneas sob uma percepção externa e livre de algumas influências que desses materiais provavelmente se originaram e se desenvolveram até os dias atuais.

Considerando a importância de uma posição ideológica distanciada da época ditatorial portuguesa, a seguir se delineiam teorias no decorrer das análises consideradas implícitas ou explícitas no objeto de estudo. Trata-se de uma opção analítica na perspectiva da sociologia crítica, que expõe am-

biguidades e contradições de políticas educacionais à luz de uma visão de mundo, mantido o rigor científico.

**Figura 3 - Digitalização da p. 17 de Leitura: II classe
(SUBTIL et al., 1947)**



Fonte: Digitalização dos autores.

Os achados no contexto da investigação, a edição de 1929 e 1947, disponibilizaram a possibilidade da execução de uma análise comparada entre ambos os exemplares. Por meio de uma digitalização em *Portable Document Format* (PDF) feita pela Universidade de Chicago de um exemplar da 61ª edição do Livro de Leitura da II Classe (que, na época, foi um presente enviado pelo Ministro de Portugal João de Bianchi) e pelo exemplar físico republicado pela Sá da Costa Editora, embasa-se uma sucinta análise textual discursiva e estrutural. A coleção de Manuais Escolares de Leituras da I, II, III e IV Classes foi publicada, pela primeira vez, em 1929, e, já no ano seguinte, foi aprovada oficialmente pelo governo português. Cinco anos após essa aprovação, já se encontrava na 21ª edição.

Na leitura comparada dessas duas edições (a de 1929 e a de 1947), pôde-se constatar a presença considerável de diferenças ortográficas. Isto se deve aos dois acordos ortográficos firmados entre Brasil e Portugal durante esse período de tempo (1943 a 1947). O primeiro Formulário Ortográfico foi regido em 1943, na primeira Convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal.

Posteriormente, no ano de 1945, foi firmado um novo Acordo Ortográfico, outorgado apenas em Portugal, estando, assim, naquela época, o Brasil ainda sob a vigência do Formulário Ortográfico de 1943. Nesse curto período de tempo – menos de cinco anos – as mudanças ortográficas demonstraram-se bastante relevantes nesta pesquisa, uma vez que oferecem pressupostos teóricos quanto aos métodos de alfabetização da época. Curiosamente, o referente manual, que integra uma coleção de quatro volumes, não pode ser considerado como um Livro Único, mas sim um livro adotado, dentre outros, com aprovação oficial, não necessariamente sob a obrigação de estar presente em todo o território português e de cobrir todos os componentes curriculares.

Todos os Livros Únicos eram compêndios aprovados oficialmente – que não se limitavam à leitura – e tiveram sua ortografia revisada ao serem republicados, principalmente nas mudanças de governo. Ainda assim, essas reformas foram feitas com pouco esmero em relação às reproduções gráficas, pois, constata-se que, por muitas vezes, os artistas gráficos simplesmente apagavam algum caractere e deixavam uma lacuna no espaço que aquele ocupava, comprometendo, assim, a formatação primitiva do livro. Assim, eles foram publicados em 1941 e em 1951, sendo sucessivamente reeditados e refundidos:

- PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. O livro da primeira classe: ensino primário elementar. Porto: Figueirinhas, 1941.
- PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. O livro da segunda classe: ensino primário elementar. Porto: Figueirinhas, 1941.
- PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. O livro da terceira classe: ensino primário elementar. Porto: Figueirinhas, 1951.

Com base na leitura do prólogo da 21ª edição de 1935, destes mesmos manuais, formula-se a hipótese de que, para além das reformas ortográficas, houve mudanças consideráveis na estrutura textual dessa coleção a partir desse período. Algo que pode ser facilmente constatado no texto dos autores:

Da 21.ª edição

O presente livro é uma remodelação completa daquele que, em regime livre, saiu pela 1.ª vez em 1929 e que, no ano seguinte, foi aprovado oficialmente.

Com a preocupação de melhorá-lo quanto possível, os autores sem alterar o plano primitivo da obra e atendendo às indicações que a experiência aconselhou, suprimiram alguns trechos, modificaram outros e ainda substituíram alguns por outros, expressamente escritos para êsse fim e que lhes parecem mais harmônicos com a índole do livro.

A linguagem foi ligeiramente alterada num ou noutro ponto, sempre no intuito de aperfeiçoar a obra — preocupação dominante no espírito dos autores.

A parte artística foi grandemente melhorada. É fácil verificar, por comparação, que numerosas gravuras — quasi tôdas — foram substituídas, com grande vantagem para o ensino.

Com estas modificações entendem os autores que o livro melhorou consideravelmente, como é seu desejo.

Para o conseguir não se pouparam a esforços, diligência e boa vontade. Por compensados se darão, se êste livro vier a merecer o aprêço e até o carinho que ao anterior foi dispensado por uma grande parte do professorado oficial e particular.

Lisboa, Setembro de 1935.

Os Autores.

(SUBTIL et al., 1947).

Compreendendo a necessidade de se construir uma análise mais aprofundada a respeito das possíveis mudanças que provavelmente foram implantadas nesses manuais, todas elas decorrentes de fatores políticos e sociais, a busca de publicações anteriores à edição de n. 21 tem sido incessante. Durante o processo de reconhecimento da 21ª edição do Livro de Leitura da II Classe, datada de 1943, assim como da 77ª edição, de 1947, foram identificadas algumas categorias definidas *a priori* e outras emergentes. São categorias que se complementam, fazendo-se presentes de forma transversal em todas as leituras:

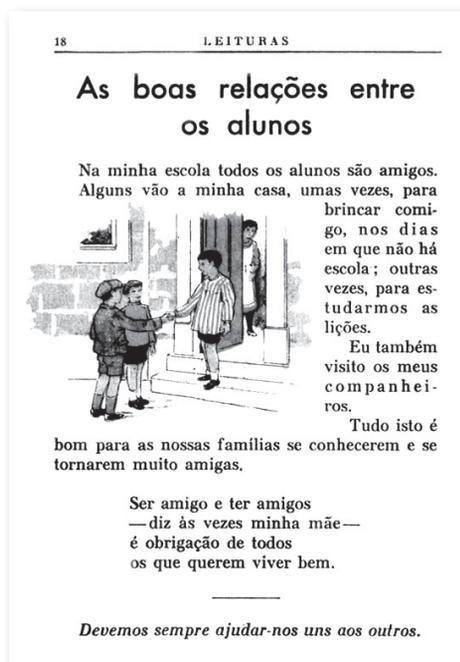
a) Alteridade – está presente no manual, ensinando o respeito aos mais velhos, às mães, obediência aos seus conselhos e desenvolvendo a perspectiva do companheirismo, do cuidado com os materiais escolares, a valorização do livro, o empenho mútuo na superação de dificuldades, brincadeiras divididas por sexo e um retrato e descrição de jogos e brincadeiras tradicionais da época. Trata-se da alteridade, concepção de que o ser humano é sempre, de algum modo, dependente do outro, embora perpassada de preconceitos, como o de que às pessoas que vivem no meio rural seria suficiente a cultura elementar. No Livro de Leitura da 2ª Classe, mais precisamente nas páginas 17 e 18, percebe-se a tentativa de induzir os alunos a terem um bom relacionamento entre si. O que está presente é a tentativa de que os alunos afirmem para si mesmos o desejo de ter um bom relacionamento uns com os outros, o que é facilitado pelo próprio Método Global que os autores afirmam aplicar. O Método Global versa que mesmo algo não sendo verdadeiramente praticado pela criança, no momento certo, ela mesma irá se dar conta disso e aplicará o ensinamento de maneira satisfatória.

• • • • •

O que está presente é a tentativa de que os alunos afirmem para si mesmos o desejo de ter um bom relacionamento uns com os outros

• • • • •

Figura 4 - Digitalização da p. 18 de Leitura: II classe (SUBTIL et al., 1947)

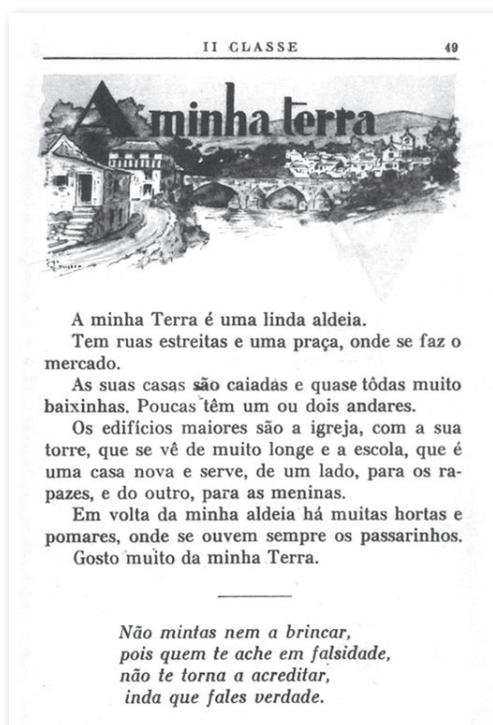


Fonte: digitalização dos autores.

b) Ruralidade – é retratada e valorizada a imagem do trabalhador rural que necessitava de animais para auxiliar em seu trabalho; a modernidade é apresentada, mas na evolução dos carros fica claro que, apesar de alguns deles serem ultrapassados, não perderam o seu valor de uso; a preservação e o cuidado com as vestimentas; o trabalho da formiga para conseguir alimentos (que mesmo devagar, alcança seu objetivo); a percepção de pesos e medidas (do que seria mais pesado, se a cortiça ou o ferro); a contribuição dos animais para o homem (que ajuda a prover o alimento); a comparação do trigo com a parola (ênfata o grande valor do trigo, produto que era vital para Portugal); que não se pode ser vaidoso; a valorização das frutas típicas e sazonais de Portugal; a importância da chuva; o alimentar-se de frutas da época por serem as menos custosas e mais saborosas. Entre tantas outras. Assim, a ruralidade está sempre presente. São apresentados, ainda, o trabalho realizado na fazenda e o processo que ocorre com a farinha até chegar às famílias; há leituras ilustradas com pomares, casas e animais. Nelas, os quintais das casas e das aldeias sempre são valorizados e apresentados como objetos ou seres de estima. No manual analisado, é visível a valorização do lugar em que se vive, caracterizando-o como tipicamente rural, pois se apresenta uma aldeia com hortas e palmares, ruas estreitas, etc., mostrando, ainda, a preservação dos passarinhos como algo imprescindível à natureza. As lições testam a perceptividade em verificar diferenças. O livro examinado é um exemplo

claro de ruralidade e de “valorização” do rural, em uma perspectiva bucólica e tradicional. Em todo o manual escolar analisado, especialmente na página 49, a representação do local geográfico é baseada em áreas rurais, desde os utensílios domésticos, às comidas, vestes e costumes (ver Figura 5). O país, de fato, era, à época, tipicamente rural. O valor do trabalho é enfatizado, independentemente de ser mais forte ou menos forte, sob a justificativa de que os pequenos podem estar mais protegidos do perigo, o que se por um lado é indicativo de alteridade, por outro pode estar a encobrir as diferenças de classe ou origem socioeconômica. Ênfase especial é dedicada ao trabalhador rural que precisa de animais para auxiliar o trabalho.

Figura 5 - Digitalização da p. 49 de Leitura: II classe (SUBTIL et al., 1947)

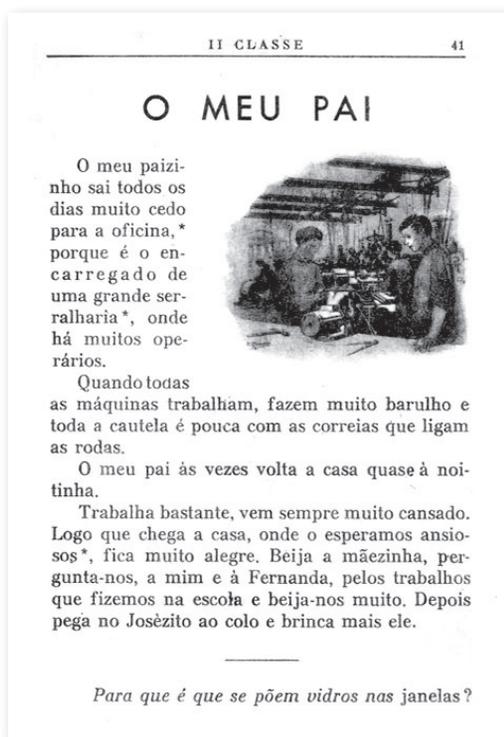


Fonte: Digitalização dos autores.

c) Ideologia – esta complexa categoria também emergiu da análise; os valores da época estão em todos os textos. Esse é um dos objetivos dos manuais: ensinar e fazer com que os alunos aprendam aquilo que seus autores consideravam necessário, e os valores faziam parte disso. Os princípios religiosos do cristianismo são muito evidentes nesses materiais. É enfatizada a importância de não se usar da mentira. Algumas comemorações, como o Natal, por exemplo, uma festa cristã, são demonstradas como indispensáveis entre os exercícios da vida. A identificação da tríade Salazarista “Deus, Pátria e Família” é notável. O livro analisado apresenta inúmeras representações que

configuram a aplicação dessa ideologia do Estado Novo ao cotidiano vivenciado pelas crianças na escola. Seus textos demonstram a efetiva ligação dos temas com a doutrina do Estado Novo português que, também por essa via, inculca modelos comportamentais e valores socialmente necessários ao momento histórico. Suas leituras apelam para valores como: respeito ao próximo, obediência e prazer nos estudos e nas atividades realizadas em sala junto ao professor (ou, para a época, regente escolar). Personalismo e propriedade privada são também desenvolvidos – escrevendo na primeira pessoa do singular, os autores, muitas vezes, põem os leitores em situação em que falam de si mesmos, em uma tentativa direta de fazê-los internalizarem os ensinamentos – utilizando os pronomes possessivos “meu” e “seu”. Assim, desenvolve-se o sentimento de posse e propriedade (ver Figuras 6, 7 e 8).

Figura 6 - Digitalização da p. 41 de Leitura: II classe (SUBTIL et al., 1947)



Fonte: Digitalização dos autores.

Figura 7 - Digitalização da p. 42 de Leitura: II classe
(SUBTIL et al., 1947)

42 LEITURAS

A minha mãe



mãezinha não descansa em todo o dia. Levanta-se de manhãzinha para começar a tratar do serviço da casa.

Ela trata de tudo: faz a comida, faz os nossos fatos, lava a roupa e engoma-a.

Tem sempre a casa muito arrumada e muito limpa, tem jarras com flores de papel feitas por ela, e tem almofadas e tapetes bonitos que sabe fazer como os de Arraiolos*.

A mãezinha quase nunca está parada.

Eu e os meus irmãos gostamos muito da mãezinha.



Fonte: Digitalização dos autores.

Figura 8 - Digitalização da p. 43 de Leitura: II classe
(SUBTIL et al., 1947)

II CLASSE 43

Os meus irmãos



A minha irmã, depois de sair da escola, ajuda a mãezinha. Ela é que cuida todos os dias do aquário* de vidro, onde temos quatro peixinhos encarnados. Trata do canário que canta muito bem, numa gaiola feita pelo meu pai, e toma conta do Josézito, enquanto a mãezinha trabalha. Depois eu e ela, ao pé da mãe, preparamos os trabalhos para levar no dia seguinte para a escola.

As vezes também nos entretemos com os brinquedos que o paizinho nos compra.

O Zézinho corre tudo. Gosta de mexer em todas as coisas. Por isso é preciso muita cautela com ele. Está sempre a rir e a tagarelar, e só chora quando não lhe fazemos as vontades.

Todos gostamos muito dele.



Quais são as consoantes da palavra brinquedos?

Fonte: Digitalização dos autores.

No manual analisado, estão presentes ainda outras temáticas que podem ser aqui destacadas. A família, um dos lemas da ideologia do Estado Novo português, é amplamente apresentada, ganhando várias sessões, como consta nas páginas 41, 42, 43, 44 e 45. Merece destaque a ordem em que são expostos os parentes da família. Primeiramente, é discutida a imagem do pai (p. 41), depois, a da mãe (p. 42), logo depois, a dos irmãos (p. 43) e, finalmente, ambos os pais (ver Figuras 6, 7 e 8).

Outro tema que merece atenção é o papel social da mulher representado nesse manual. As atividades mencionadas como destinadas às meninas resumem-se a: fazer bordados, costuras (ponto de cruz), brincar de cozinhar, cortar roupinhas para as bonecas, fazer malhas, meia e rendas. Em outro momento do livro, por meio do diálogo da avó e da neta, é explicado o que é cordeiro e o conceito de mansidão. A valorização e o respeito aos avós, que ensinam ao mais novos o valor do caráter, também são marcantes.

Figura 9 - Digitalização da p. 28 de Leitura: II classe (SUBTIL et al., 1947)



Fonte: Digitalização dos autores.

Figura 10 - Digitalização da p. 29 de Leitura: II classe
(SUBTIL et al., 1947)



Fonte: Digitalização dos autores (grifos nossos).

O patriotismo e o nacionalismo são representados pela ave andorinha que é apresentada como personagem que valoriza suas raízes, mostrando outras terras portuguesas, além de costumes diferentes. O catolicismo é apresentado por meio de uma lenda que representa o milagre de Nossa Senhora, e só seria contemplado com tal graça quem tem “bons modos”. No manual, ainda existem ensinamentos de como ser grato a Deus em todos os momentos do dia. Do mesmo modo, é feito com o respeito à bandeira, que simboliza o patriotismo. É ensinado que é preciso ver a Bandeira como um sinônimo da Pátria portuguesa.

Nesse mesmo eixo ideológico, o manual explica quem é Deus, para que Ele fez o mundo e em que está presente (há aqui um sentido de onipresença). Reforça o amor de Jesus às crianças e a obrigação dessas em amá-lo. Fala também das outras terras pertencentes a Portugal, ensinando que as riquezas produzidas por lá são riquezas portuguesas, exemplificando o café como uma delas. Igualmente, doutrina os filhos para que, quando cresçam, ajudem seus pais. Ensina que todas as pessoas devem ter uma ocupação, que

as crianças devem estudar e que os pais (os homens) devem trabalhar para alimentar os filhos e, assim, ninguém sentir necessidade.

Esse livro também elucida para os alunos a importância de Salazar para a nação portuguesa, fazendo uma relação com o chefe da família, iniciando a reflexão como protótipo do homem como ser sociável.

4. Considerações finais

O projeto de pesquisa, do qual foi apresentado aqui um de seus produtos, configurou-se efetivamente como processo de construção de conhecimentos, reforçando sobremaneira a tese de que os manuais escolares retratam a ideologia hegemônica em um período histórico, razão pela qual Magalhães (2011) fala do livro como o mural do tempo.

Destaca-se aqui o princípio metodológico empregado no manual escolar analisado: a contextualização, relacionando o local onde viviam os alunos com os motivos de sua aprendizagem. Ficou evidente a intenção de que as crianças assumissem e valorizassem a terra onde viviam, o que tem relação com a unidade nacional e o civismo. Notável também foi o princípio da versificação, sendo visível que várias lições têm seus textos escritos em poesia com o uso de teorias da versificação muito evidentes. Provavelmente, muitas eram cantadas em coro. O uso dessa característica pode ser justificado pela tentativa de instigar a leitura e facilitar a aplicação do método analítico. Portanto, a lógica seria: primeiramente memoriza-se o texto, indo para a frase, após, a palavra e pôr fim a letra.

Em especial, o manual estudado apresentou inúmeros temas a respeito da tríade salazarista “Deus, pátria e família”, a partir do cotidiano vivenciado pelas crianças na escola, o que demonstra a efetividade da ligação de seus temas com a doutrina do Estado Novo português. Inculca valores comportamentais considerados socialmente necessários, como: o respeito ao próximo (aparentemente considerado fundamental), o ser bem-comportado e obediente, o prazer de estudar e realizar tudo aquilo que a professora propõe em sala de aula. As muitas lições escritas em tom poético provavelmente visavam conquistar o aluno; o gênero poético contribui nessa tarefa. Até mesmo os problemas matemáticos estavam enraizados nos fundamentos do Método Global. Eram assim tratados: o todo é mais importante que as partes, devendo-se primeiro memorizar o que está escrito para depois conhecer as partes que compõem esse todo, no que o gênero poético contribui.

Escrito em primeira pessoa, a ideia de pertencimento é forte, já que os pronomes *meu* e *seu* estão a todo o instante no texto. De algum modo, isso pode conotar ou impor a propriedade do objeto ou tema de que se fala.

Como, no geral, trata-se de valores cívicos e morais, percebe-se uma tentativa de chamar a atenção para a conduta social (a ausência dessa conduta coletiva e social poderia ser traduzida como um “desvalor”). Companheirismo, cuidado com os materiais escolares, valorização do livro, o empenho para superação de dificuldades, as brincadeiras que são divididas por sexo, os vários jogos existentes e como são prazerosos; esses são valores marcantes no primeiro tema trabalhado no livro que condiz com as atividades realizadas na escola; as lições trabalham as questões perceptivas de se algo está bem-feito ou mal-feito.

No segundo tema, que retrata o cotidiano da família portuguesa, percebe-se a forte presença dos entes familiares (quase um estereótipo). É destacado o papel do pai como o provedor da família (trabalha fora, é um bom pai e bom marido), mostrando a função de cada pessoa na família. A mãe é sujeita aos fazeres da casa, em que realiza sua função impecavelmente, não tem preguiça em realizá-la, os filhos também ajudam nas tarefas cotidianas. É demonstrado o amor e dedicação dos pais aos filhos e que estes devem valorizar todo seu empenho, reinando o diálogo entre todos.

No terceiro tema, ligado às coisas do meio rural, elementos como pomar, animais, o quintal da casa, a aldeia, são bem valorizados, ressaltada sua importância. Na valorização do lugar em que se vive, dá-se a caracterização do lugar como tipicamente rural, pois apresenta uma aldeia com hortas e pomares, ruas estreitas etc., mostrando a preservação dos passarinhos como algo imprescindível à natureza.

Os resultados provenientes dessa investigação comprovaram a hipótese de trabalho no sentido de que os manuais constituem-se em dispositivos que carregam e difundem a ideologia política contida na tríade salazarista “Deus, pátria e família”, revelando que a ruralidade impregnada nos textos é fruto do país rural daquele período histórico e que a alteridade era percebida na concepção de que o ser humano é sempre, de algum modo, dependente do outro, embora perpassada de preconceitos, como o de que às pessoas que vivem no meio rural seria suficiente a cultura elementar.

A análise discursiva realizada permite concluir, ainda parcialmente, uma vez que estão sendo concluídos os estudos dos manuais das classes I, III e IV, que importante é o papel curricular do livro como veiculador e sedimentador de uma ideologia. Assim, os Manuais Escolares do Estado Novo Português tendem a ser afirmados como fortes representantes da carga político-ideológica salazarista, nos quais se apresentam dois eixos: a tentativa de estabelecer uma nação unificada, que lute em prol da sua reconstrução, ao lado da busca incessante da estabilidade e garantia da força estatal.

Por meio da investigação dos manuais, é possível conhecer melhor uma época e caracterizar as políticas e modelos educacionais vigentes, pois eles for-

• • • • •
**Os manuais
constituem-se
em dispositivos
que carregam
e difundem
a ideologia
política**
• • • • •

necem elementos de leitura e decodificação do real, assim como esclarecem objetivos de aprendizagem e transmitem valores. Neles estão contidas uma determinada informação e uma interpretação da cultura e do imaginário, em suas dimensões escolarizáveis e como processo de escolarização.

Notas

1 Financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Apoio Material e Financeiro do Programa Observatório da Educação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Obeduc/Capes/Inep).

2 Pesquisa realizada *in loco*, no período de 9 a 12/2012, em Lisboa.

Referências

ADÃO, Áurea. A escola em meio rural no Portugal dos primeiros anos do Estado Novo: a formação dos seus professores no(s) discurso(s) do poder político. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p. 269-294.

BEZERRA, A. A. C. Impactos das políticas públicas educacionais no contexto da convivência com o semiárido sergipano. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo (Org.). **A aventura do conhecimento e a pesquisa social em Sergipe**. Aracaju: Criação/FAPITEC, 2012. p. 347-355.

BEZERRA, A. A. C. et al. **Ruralismo na política de estado e suas representações nos manuais escolares: um estudo de caso em Portugal do Estado Novo**. [S.l.: s.n.], 2013. Projeto PIBIC 2013.2014. Disponível em: <http://midia.unit.br/enfope/2013/GT4/RURALISMO_NA_POLITICA_DE_ESTADO_MANUAIS_ESCOLARES.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

COSTA, Maria Judite Rodrigues. **A educação/função no feminino: no modelo pedagógico-familiar da Escola D. Luís de Castro**. Braga, 2003. Dissertação (Mestrado em História da Educação e da Pedagogia) – Universidade do Minho, Braga, 2003. Orientador: Prof. Dr. Justino Magalhães.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Da cadeira ao banco: escola e modernização (séculos XVIII – XX)**. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal**. Braga: Universidade do Minho, 1994.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **O mural do tempo**: manuais escolares em Portugal. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

NÓVOA, António. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, António. A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 1, n. 3, 1988.

PORTUGAL administrativo. Porto: Lito-Maia, [ca. 1930]. 1 mapa, color, 19 cm x 12 cm. Escala 1:3800000. Disponível em: <<http://purl.pt/21980>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

SUBTIL, Manuel et al. **Leituras**: II classe. 21. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1943.

SUBTIL, Manuel et al. **Leituras**: II classe. 77. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1947.

